

CONVITE

Consulta Prévia

“EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO PAVILHÃO ARQUEOLOGICO SUBAQUATICO, EM SINES”

PROCESSO Nº 2022/300.10.001/44

CONVITE

(Consulta Prévia – alínea c) do art.º 19º do CCP)

Procedimento por Consulta Prévia: 2022/300.001/44

Tendo em vista contratação para a “Execução do Pavilhão Arqueológico Subaquático, em Sines”, convida-se essa empresa apresentar uma proposta de acordo com as especificações constantes do caderno de encargos, que se anexa.

Para o efeito, a seguir se indicam as regras a que deve obedecer a proposta a apresentar, bem como outros aspetos que regulam este procedimento.

Em tudo o não especificado no presente convite e no caderno de encargos, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do Decreto Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na atual redação dada pela Lei nº 30/2021 de 21 de maio, (Código dos Contratos Públicos – doravante designado como CCP), bem como outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

1. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é o Município de Sines, NIPC 502 563 010, sita no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, com o telefone nº +351 269 630 600, o fax nº +351 269 630 672, e endereço eletrónico geral@mun-sines.pt.

O procedimento decorre na plataforma de contratação pública em uso no Município de Sines acessível em: <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>

2. Órgão competente para a decisão de contratar:

O órgão competente para autorizar a despesa e a tomar a decisão de contratar, é o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18º do D.L.197/99 de 08 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do nº 1 do art.º 14º do D.L. 18/08 de 29 de janeiro. Esta competência foi delegada no Exmo. Sr. Vice-Presidente da CMS, Fernando Miguel Ramos, por despacho do Sr. Presidente, datado de 20/10/2021, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3. Objeto do contrato

O presente procedimento tem por objeto a execução de um edifício em estrutura metálica pré-fabricada, destinado a um espaço de reserva subaquática de peças arqueológicas de grandes dimensões, integrada no parque arqueológico subaquático.

4. Consulta preliminar ao mercado

Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.

As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base do procedimento, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

5. Divisão em lotes

Face ao valor, não há divisão em lotes no presente procedimento, conforme o artigo 46º-A do CCP.

6. Disponibilização de acesso ao procedimento:

O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>

7. Prazo e Entrega da Proposta Eletrónica:

- a) A data limite de entrega das propostas é até às 23,59 horas do 12º dia a contar da data da disponibilização do procedimento na plataforma.
- b) A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica.

O concorrente deverá assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem. A assinatura deve ser aposta nos documentos que constituem a proposta.

8. Dúvidas, Esclarecimentos e Erros e Omissões do Caderno de Encargos

8.1 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

- a)** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento, devem ser solicitados por escrito, através da plataforma eletrónica <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>
- b)** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, pelo júri do procedimento, através da plataforma eletrónica <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
- c)** Os esclarecimentos e as eventuais retificações serão disponibilizados na plataforma eletrónica, juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados do facto.
- d)** Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados devem apresentar à Câmara Municipal de Sines através da plataforma <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:
 - i)** Aspetos ou os dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - ii)** Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou ainda
 - iii)** Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
 - iv)** Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

8.2 Excetua-se do disposto em 8.1 os eventuais erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

8.3 A apresentação da lista referida em 8.1 deverá conter, em função da natureza do erro ou omissão, os seguintes elementos:

- a)** Memória descritiva com a indicação clara e fundamentada do erro ou omissão;
- b)** Mapa de quantidades, com a identificação do erro ou omissão;
- c)** Quaisquer outros documentos que os interessados entendam necessários, nomeadamente desenhos, fotografias ou cálculos.

8.4 As listas com a identificação dos erros e omissões, bem como a decisão do órgão competente para a decisão de contratar, sobre mesmas, serão juntas às peças patenteadas em curso e proceder-se-á à notificação daquelas a todos os interessados.

9 Documentos da proposta

- a)** De acordo com a alínea a) do nº 1, do art.º 57º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do referido Código, e que se anexa ao presente convite.
- b)** Documento que contenha o preço proposto de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar;
- c)** Certidão permanente da empresa ou código de acesso;
- d)** Delegação de poderes para assinatura dos documentos que instruem a proposta (caso aplicável);
- e)** A proposta deve ainda ser constituída por:
 - i. Uma lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução;
 - ii. Um plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361º do CCP;
 - a) Plano com a sequência das espécies de trabalhos;
 - b) Plano de Mão-de-obra;
 - c) Plano de Equipamentos;
- f)** Cronograma financeiro, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 57º.
- g)** Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra, bem como a descrição dos métodos construtivos a aplicar e os aspetos técnicos ou outros que sejam considerados essenciais à execução da empreitada. Nesta memória, o Concorrente especificará os aspetos técnicos que considere essenciais na sua proposta e cuja rejeição implicaria a sua ineficácia;
- h)** Declaração sob compromisso de honra relativa ao impedimento previsto no n.º 6 do artigo 113.º do CCP, conforme modelo Anexo IV ao presente convite;

10 Entidades especialmente relacionadas

A apresentação de proposta em violação do disposto no artigo 55º, do n.º 6 do artigo 113.º ou do nº 2 do artigo 114º, do CCP será motivo de exclusão e motivo de contraordenação muito grave, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 456.º do CCP.

11 Agrupamentos

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 2 do art.º 117º do CCP, não são permitidos agrupamentos no presente procedimento.

12 Garantia

Nos termos do nº 3 do art.º 88º do CCP, será efetuada uma retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, para satisfação do cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo empreiteiro das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

13 Saúde e segurança em obra

Para cumprimento do disposto no Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá o adjudicatário apresentar o Plano de Segurança e Saúde da Obra (PSS), no prazo de 10 dias úteis, contados da notificação para apresentação do mesmo.

O PSS da obra será analisado pelos serviços competentes da CMS, que o submetem à aprovação do órgão competente.

A Obra não poderá iniciar-se sem a provação do PSS.

14 Prazo de execução

O prazo de execução da obra são 60 (sessenta) dias.

15 Inspeção ao local dos trabalhos

1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados deverão inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições do terreno que influam no modo de execução da obra e, se a Câmara Municipal de Sines assim o entender, serão acompanhados por um elemento por esta designado.
2. Os interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar a apresentação da sua proposta.
3. Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso, entende-se que, com a apresentação da sua proposta a concurso, o concorrente se inteirou localmente das condições de realização de todos os trabalhos referentes à empreitada, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação das estruturas e dos equipamentos existentes e de to-

dos os factos e circunstâncias relevantes para o desenvolvimento de todos os trabalhos objeto do presente concurso.

4. Os interessados que efetuarem estudos e/ou reconhecimento referidos em 1, fazem-no por sua própria responsabilidade, sendo da sua responsabilidade o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados com os referidos trabalhos.
5. Os interessados deverão ter em consideração os diversos aspetos condicionantes ao desenvolvimento da obra, nomeadamente, as dificuldades que se poderão registar em termos de acesso aos locais de trabalho, dos equipamentos, dos materiais e do espaço disponível para a instalação do estaleiro.
6. Os interessados deverão analisar cuidadosamente a eventual implicação dos trabalhos com a circulação rodoviária e pedonal. Deverão, nomeadamente, verificar da eventual necessidade de considerar desvios de tráfego provisórios, bem como a de garantir os fluxos da circulação rodoviária e pedonal existente. Os eventuais restabelecimentos provisórios para desvios de tráfego rodoviário e pedonal deverão ser executados de acordo com a aprovação das entidades competentes. O seu custo considera-se incluído no preço contratual da empreitada.

16 O valor base do procedimento

O preço base do procedimento é € 129.149,00 (cento e vinte e nove mil cento e quarenta e nove euros).

O preço base deste procedimento foi obtido através de consulta preliminar ao mercado, Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos

17 Preço anormalmente baixo

No presente procedimento não é definido um critério para que o preço de uma proposta seja considerado anormalmente baixo.

Caso se revele necessário, proceder-se-á de acordo com o do disposto no artigo 71.º do CCP .

18 Critério de adjudicação

A adjudicação será efetuada, à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, sendo o preço o único atributo colocado à concorrência, de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 74º do CCP.

19 Desempate de propostas

Em caso de empate de propostas, a adjudicação será feita ao concorrente que apresentar a melhor proposta para o capítulo 6 – Pavilhão pré-fabricado.

20 Propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59º do Código dos Contratos Públicos.

21 Prazo de validade das propostas

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

22 Análise e exclusão das propostas

Após análise das propostas, o júri do procedimento elabora no prazo de três dias, um relatório fundamentado, nos termos do artigo 122º do D.L. nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, onde propõe a admissão das propostas, bem como a exclusão por qualquer dos motivos previstos no artº 146º do mesmo diploma legal.

23 Audiência Prévia

Após análise das propostas, os concorrentes são notificados do respetivo relatório preliminar, para efeitos de audiência prévia, a realizar num prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração de ordenação das propostas, ou a exclusão de propostas não prevista no relatório preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia relativamente ao relatório final, conforme art.º 124º do mesmo código.

24 Negociação das propostas

Este procedimento não será objeto de negociação.

25 Esclarecimentos sobre as propostas

O júri do procedimento poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 72º do Código dos Contratos Públicos.

26 Relatório final

Após decorrido o período de audiência prévia e considerados os esclarecimentos solicitados (no caso de terem sido pedidos), júri elabora um relatório final, onde pondera as observações dos

concorrentes, mantendo (ou alterando) a ordenação das propostas (caso o júri altere a ordenação das propostas será efetuada uma segunda audiência prévia e um segundo relatório final).

O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o procedimento, serão enviados ao órgão competente para decisão de contratar.

27 Os documentos de habilitação

27.1 Devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de 5 (cinco) dias após a receção da respetiva notificação, através da plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.anogov.com/cm-sines/faces>

O prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação, pode ser prorrogado por uma única vez, por solicitação do adjudicatário.

- Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas **b), d), e) e h)** do art.º 55º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP.
- Código de Registo Central do Beneficiário Efetivo, de acordo com o disposto na Lei n.º 89/2017 e regulado pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto (caso não se verifique o registo da empresa pela consulta ao portal RCBE);

27.2 O alvará deve conter as seguintes categorias necessárias para a execução da presente obra, em classe que cubra o valor correspondente a cada categoria, de acordo com o estabelecido na Lei nº 41/2015 de 03 de junho:

- 2ª subcategoria da 1ª categoria, Estruturas metálicas.

O empreiteiro pode subcontratar empresas detentoras de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, de acordo com o art.º 383º do CCP e art.º 20º da lei nº 41/2015 de 03 de junho.

28 Condicionamento ao procedimento e execução do contrato

Não são legalmente exigíveis pareceres, licenciamentos ou autorizações que condicionam a execução do contrato, previstos no nº 5 do art.º 36º.

A obra será financiada pela AD&C – Agência para o desenvolvimento e Coesão.

29 Legislação aplicável

Em tudo o omissa na presente carta convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

ANEXO I

MODELO DA DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

- 1- ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (**firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes**), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (**designação ou referência ao procedimento em causa**), e, **se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, sob compromisso de honra que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação da entidade competente para efeitos de procedimentos criminal.
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que não se

encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55º do referido código.

- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ...(data), ...[assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.

ANEXO II

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º)

1 — ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

PROPOSTA

(DENOMINAÇÃO DA EMPRESA), com sede em ____ (MORADA) __, titular do Alvará / título de registo (apagar o que não interessa) de empreiteiro nº -----, emitido pelo IMPIC- Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, representada por ----- (NOME), na qualidade de ----- (PODER DE REPRESENTAÇÃO), residente em----- (MORADA), portador do BI/ CC (apagar o que não interessa) e NIF nº-----, tendo tomado perfeito conhecimento do objeto da empreitada de obra pública “ (DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA) “ a que se refere o anúncio do Concurso Público nº-----, publicado no Diário da Republica nº ----- de --/--/--, obriga-se a executar aquela, de harmonia com as condições e termos expressos no Convite e no Caderno de Encargos, de acordo com a legislação aplicável, pelo preço total de € ----- (VALOR POR EXTENSO), o qual não inclui o Imposto sobre Valor Acrescentado.

O prazo de execução é de -----.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura (ELECTRÓNICA QUALIFICADA)

(o Representante legal)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

Modelo de declaração entidades especialmente relacionadas entre si

(n.º 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos)

1 – ... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea a) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos,

...(local),... (data),... [assinatura(4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».